

1

Introdução

O tempo entre o sopro e o apagar da vela (Paulo Leminski)

A escolha do objeto a ser pesquisado está intimamente relacionada à prática política militante do autor. Faço parte do núcleo Pedagógico e de Formação Política do Movimento Nacional de Luta pela Moradia do Rio de Janeiro, trabalhando, especificamente, com crianças e adolescentes no Espaço Criarte Mariana Crioula, na Ocupação Manoel Congo, centro da cidade do Rio de Janeiro. Tal espaço nasce da necessidade de um projeto e de uma prática pedagógica para as crianças e adolescentes das ocupações do MNLM no Rio de Janeiro, a fim de “organizar a juventude da moradia em um projeto de luta, alegria e esperança, priorizando a formação e a cultura”¹.

É dentro desse contexto que escolhemos como objeto de pesquisa o processo pedagógico desenvolvido no referido Espaço, a fim de contribuir para a construção de um projeto e uma prática pedagógica voltada para a transformação da sociedade, em que indivíduos tomem consciência de si mesmos e de sua situação no mundo, tornando-os capazes de tomar decisões de forma consciente, autônoma e responsável, possibilitando uma ação ao mesmo tempo de resistência, transformação e criação.

Compreendemos também que esta prática pedagógica particular se realiza de forma desigual no tempo e no espaço. Ao mesmo tempo em que é capaz de contribuir para a construção de espaços de autonomia², é condicionada por determinadas conjunturas espaço-temporais. Sendo assim, para que possamos compreender e construir uma prática pedagógica transformadora é mister entender que esta se realiza em contraposição a um determinado modelo de sociedade, em um contexto de cidade particular e em um espaço específico, com organização e estrutura própria.

¹ Carta de Princípios do MNLM

² Para Massey (2004, apud PICKERILL & CHATTERTON, 2006)) uma política de autonomia geográfica não diz respeito à progressão linear em direção a algum lugar desejado e utópico ou de equilíbrio, mas no sentido de reconhecer a co-existência, a negociação e os conflitos.

É nesse sentido que o espaço geográfico surge como categoria fundamental para a compreensão e construção das práticas pedagógicas desenvolvidas no ECMC, uma vez que entendemos o espaço em sua relação inalienável com o tempo, sendo meio, condição e produto da sociedade em determinados contextos sócio-históricos.

Podemos então afirmar que as práticas pedagógicas desenvolvidas no ECMC estão inseridas em determinadas práticas espaciais que interagem, necessariamente, com diferentes formas de representação do espaço hegemônico (como aquelas vinculadas à moradia como valor de troca) e de espaços de representação do cotidiano dos moradores, fruto do encontro de múltiplas estórias sociais, dentro de uma ampla geometria de poder do espaço, em diferentes escalas e distintas temporalidades.

Acreditamos que este trabalho poderá contribuir para compreensão das relações entre o espaço, processos de transformação e a educação. Queremos compreender de que forma determinados espaços podem influenciar nas estratégias pedagógicas transformadoras, bem como compreender de que forma tais estratégias são capazes de construir práticas espaciais em direção à transformação social, correspondente ao projeto de autonomia.

Para tal finalidade é fundamental compreendermos o encadeamento do processo de luta, resistência e organização popular que envolvem a Ocupação Manoel Congo. É nesse sentido que se faz necessária uma cuidadosa descrição deste processo, destacando alguns atores sociais indispensáveis para a construção de um espaço específico inserido, mesmo que em oposição, em um determinado contexto sócio-histórico.

A decisão pela mobilização e organização para ocupar imóveis vazios em áreas infraestruturadas do centro do Rio de Janeiro pelo MNLM-RJ está intimamente relacionada ao contexto mais abrangente da política nacional brasileira. A década dos anos 2000 foi marcada por uma forte institucionalização dos movimentos populares, fato que se intensificou com a eleição em 2002 de Luis Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), para a presidência da república.

A eleição de um presidente de origem popular, com trajetória política vinculada à luta dos trabalhadores, que chegou a ser presidente de um dos principais sindicatos operários do Brasil, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, através de um partido de esquerda com clara origem popular, provocou a abertura de espaços institucionais no governo federal para os movimentos populares e estes, por sua vez, acreditaram que era o momento de colocar em prática todo o acúmulo construído ao longo de mais vinte anos de lutas sociais. Com os movimentos urbanos não foi diferente.

Deu-se início a uma mobilização para a construção de uma co-gestão das cidades entre os movimentos populares e o governo federal. Para tais movimentos era o momento de consolidação do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano (SNDU) e do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), um fundo destinado à requalificação e construção de moradias voltado à população de baixa renda, além da implantação de infraestrutura urbana complementares aos programas habitacionais de interesse social; de aprovar e sancionar o Estatuto das Cidades; além de criar um órgão federal capaz de articular as demandas dos movimentos e que estivesse preocupado com a elaboração de políticas urbanas, o Ministério das Cidades.

É nesse contexto que em 2003 é realizada a I Conferência Nacional das Cidades com ampla participação dos movimentos populares (União Nacional por Moradia, Central dos Movimentos Populares – CMP, Movimento Nacional de Luta Pela Moradia – MNLM, entre outros) estabelecendo um amplo debate com significativos avanços para a luta urbana, como a criação do Ministério das Cidades e a indicação de Olívio Dutra como Ministro da pasta, um antigo militante dos movimentos urbanos e um dos fundadores do MNLM.

Já em 2005 na II Conferência Nacional das Cidades, de acordo com a avaliação da coordenação estadual do MNLM, não foi feito um bom balanço da primeira conferência e pouca coisa do que foi acumulado foi posta em prática nos anos subsequentes. É preciso, mais uma vez, relacionar a luta urbana no Rio de Janeiro à conjuntura política nacional. É neste mesmo ano que escândalos de corrupção assolam o alto escalão do governo petista. O pagamento de propina a parlamentares, conhecido como “mensalão”, garantia ao palácio do planalto a

maioria no parlamento em votações consideradas prioritárias, o que viabilizava um governo sem grandes barganhas por cargos executivos em troca do apoio no parlamento em nome da “governabilidade”.

Com a deflagração do escândalo envolvendo peças importantes do governo e do Partido dos Trabalhadores como José Dirceu, chefe da Casa Civil, e o fim do esquema de compra de votos no parlamento, o governo acabou por abrir as portas do aparelho público para barganhas por cargos em troca do apoio político na Câmara e no Senado. O Ministério das Cidades não ficou de fora das negociatas políticas. Além do desgaste político causado por um antigo militante no comando de uma pasta estratégica para o capital nacional e internacional (lembrando que um dos grupos mais ricos do Brasil, segundo a revista forbes de 07/08/2012, é o da construtora Odebrecht), estava em jogo a disponibilização de cargos públicos estratégicos para futuros parceiros no parlamento.

Tal situação teve consequências significativas para o referido ministério. Olívio Dutra, antigo militante popular e sindicalista, foi substituído pelo diplomata Marcio Fortes e, segundo a avaliação estadual do MNLM, os avanços vislumbrados na I Conferência Nacional das Cidades passaram a fazer parte do passado. Nesse sentido, uma importante parcela da liderança do MNLM-RJ chega à conclusão de que foi demasiado contemporizadora com a política do governo federal e que era preciso voltar a estabelecer um maior diálogo com a base e realizar atividades de rua.

Segundo a coordenadora nacional do movimento pelo estado do Rio de Janeiro, tal avaliação estava embasada na atual conjuntura da política urbana nacional, na qual houve pouquíssimas ações de rua, apenas conferências, comitês e oficinas convocadas pelo governo com pífios avanços institucionais e uma grande desmobilização popular.

Em 2006, longe de ser um consenso entre as lideranças do MNLM-RJ, a opção pela organização de famílias e militantes para ocupar imóveis na área central da cidade foi vitoriosa em relação à mobilização para escolher delegados para a III Conferência Nacional das Cidades. Todavia, a retirada do MNLM-RJ da conferência não significa o total afastamento da via institucional, pelo contrário, foi feita a avaliação de que seria através da mobilização e de atividades de rua que

o movimento poderia acumular experiências e força política para avançar qualitativamente na política institucional, partindo de um outro patamar, o do retorno à mobilização e organização das classes populares.

O primeiro passo dado para a mudança da linha de ação política da via institucional consensual para atividades de rua foi estabelecer uma estratégia para ocupação que estivesse vinculada aos acúmulos feitos em direção à construção da Reforma Urbana. Dentre os eixos estratégicos, se destacam:

- Ocupar imóveis vazios, especialmente públicos, a fim de denunciar o enorme estoque de terras voltado para especulação fundiária no Brasil que não cumpre nenhuma função social;
- Ocupar áreas infraestruturadas das cidades, preferencialmente os centros urbanos. Denunciando o espraiamento urbano com o deslocamento dos mais pobres para as periferias das cidades, causando sérios impactos sociais e ambientais derivados da falta de infraestrutura;
- Promover a integração entre trabalho, moradia e construção do sujeito coletivo com autonomia sobre a gestão do território.

O passo seguinte seria a procura por imóveis vazios no centro da cidade e a busca por aliados que pudessem ajudar na mobilização das famílias. Muitos destes parceiros não se identificavam com o MNLM, vinham de ONG's, associação de Moradores e de outros movimentos sociais, mas tinham uma profunda identificação com as lutas urbanas.

Dentre os parceiros, estava o Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação – SEPERJ, que cedia mensalmente um espaço em sua sede na Rua Evaristo da Veiga 55, no centro da cidade, para as reuniões de mobilização do MNLM-RJ. De acordo com as atas das reuniões, chegaram a se reunir no SEPERJ 220 pessoas, porém esse número foi sendo progressivamente reduzido devido à dificuldade das famílias bancarem as passagens para comparecer às reuniões. Foi assim que as reuniões passaram a ser semanais e descentralizadas nas comunidades que serviam de núcleo de mobilização, a saber: Anchieta, Caju e Cantagalo. As reuniões no SEPERJ continuavam mensalmente, mas com menor capacidade de mobilização do que as reuniões locais.

Todas as famílias que participavam das reuniões se enquadravam dentro dos critérios relacionados ao déficit habitacional quantitativo e qualitativo. Em outras palavras, segundo a metodologia da Fundação João Pinheiro (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2011), o déficit habitacional (quantitativo) está relacionado à população que vive em habitações precárias, coabitação familiar, com ônus excessivo no aluguel e ao alto adensamento de moradores em domicílios alugados. Já a inadequação dos domicílios, para nós, déficit qualitativo, segundo a mesma fundação, estende-se aos domicílios com carência de serviços de infraestrutura (energia elétrica, esgotamento sanitário, abastecimento de água, coleta de lixo), inadequação fundiária urbana, inexistência de unidade sanitária domiciliar exclusiva, cobertura inadequada e o alto adensamento de moradores em domicílios próprios. Acrescenta-se a estes critérios a avaliação da vida cotidiana das famílias, como, por exemplo, a residência próxima a áreas controladas por facções criminosas e de conflito deflagrado.

Ademais, devido a parâmetros impostos pela política pública de habitação de interesse social, todas as famílias deveriam possuir renda familiar de 0 a 3 salários mínimos. Tal critério justifica-se pela grande concentração do déficit habitacional nesta faixa, correspondendo a 89,6% do déficit habitacional brasileiro e 88,9% do déficit estadual do Rio de Janeiro (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2011). Por outro lado, tal parâmetro quantitativo nacional é limitador, principalmente no que diz respeito ao atendimento do déficit qualitativo, pois não levam em consideração as discrepâncias regionais no que diz respeito a custo de vida e ao valor da terra.

Segundo tais parâmetros, o déficit habitacional brasileiro, segundo dados do próprio Ministério das Cidades (2011), chega a mais de 5,546 milhões de domicílios e se levarmos em consideração a inadequação dos imóveis, os números chegam a mais de 10 milhões de domicílios. Ao passo que, no período de 1991 a 2000, a porcentagem de imóveis vagos nas áreas urbanas cresceu 37% (NABIL, 2008). Grande parte desses imóveis vagos localiza-se em áreas urbanizadas que gozam de uma mínima infraestrutura urbana, em geral nas áreas centrais e consolidadas das grandes cidades, como no Rio de Janeiro, que conta com uma taxa de vacância de mais de 10% em todo município, sendo esse número maior na AP1 (Área de Planejamento 1) que engloba o centro da cidade, chegando a mais

de 13% dos imóveis, cerca de 6,3% de todos os domicílios vagos na cidade (BIASOTTO, 2009).

Esses dados servem de base para a estratégia do MNLM-RJ de denúncia aos imóveis urbanos vazios, de ocupação desses imóveis e a sua destinação à habitação de interesse social.

Nesse sentido, as reuniões que precederam a ocupação tinham como objetivo central a construção de um projeto coletivo. Não havia ainda no Rio de Janeiro uma política sistematizada do movimento para a formação política, como temos hoje com o Núcleo Pedagógico e de Formação. O que aconteceu foram, a partir do acúmulo de algumas lideranças e parceiros, como o Núcleo de Educação Popular 13 de maio, atividades que visavam à elaboração da carta de princípios da comunidade.

A metodologia consistia em levar as famílias a pensar criticamente o seu local de moradia, o que gostavam e o que não gostavam, o que poderiam fazer para mudar e o que gostariam que fosse diferente no lugar para onde iriam. Foram realizadas dinâmicas de grupos, músicas, poesias, textos, relatos de experiência, atividades de trabalho coletivo, a fim de mobilizar, integrar os futuros ocupantes e construir a carta de princípios. Também foram organizadas brigadas de infraestrutura, segurança, alimentação e escolhido o nome da ocupação, Manoel Congo. Tudo foi sendo discutido coletivamente com a orientação da coordenação estadual do MNLM.

Segundo alguns entrevistados, foi criado um clima de forte empolgação entre as famílias à medida que se aproximava o dia da ocupação. A seleção do imóvel era tarefa da coordenação; por questões de segurança, as famílias que estavam sendo preparadas só conheceram o local da ocupação no dia da entrada no imóvel. Para identificação dos imóveis vazios realizavam-se atividades coletivas e “vaquinhas” para levantar recursos e pagar as certidões de ônus reais³. O MNLM-RJ pôde contar também com o apoio da Associação dos Defensores

³ A **Certidão de Ônus Reais** é um documento emitido por [registros de imóveis](#) e informa se há alguma restrição à fruição de propriedade de um [imóvel](#). Tal certidão declara, por exemplo, se o imóvel está [hipotecado](#) ou [penhorado](#).

Públicos do Rio de Janeiro para tal tarefa, ao ponto da última reunião antes da ocupação ser realizada na sede da associação.

Dentre os diversos imóveis identificados, destacaram-se dois prédios, um público e outro privado, nas imediações da Cinelândia no centro da cidade do Rio de Janeiro. A área foi escolhida por ser um polo histórico cultural da cidade com prédios importantes como a Biblioteca Nacional, Teatro Municipal, Centro Cultural da Justiça Federal, Cinema Odeon, estar próximo de uma das maiores áreas de lazer ao ar livre da cidade, o Aterro do Flamengo e junto à principal rua do centro, a Avenida Rio Branco. Sendo assim, ocupar prédios na Cinelândia significou abrir possibilidades de conjugar moradia, trabalho e lazer em uma mesma ocupação.

A estratégia do movimento era ocupar os dois imóveis simultaneamente, o Cine Vitória, prédio privado na Rua Senador Dantas 42, e o prédio público de posse do INSS número 20 da Rua Alcindo Guanabara ao lado da Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro, no intuito de denunciar a estocagem de terra e o alto grau de especulação imobiliária na cidade. No entanto, no dia marcado para a ocupação, muitas famílias que participavam das reuniões desistiram, inviabilizando a entrada em dois prédios ao mesmo tempo. Foi então que a coordenação do MNLM fez a opção por ocupar primeiramente o imóvel privado.

A escolha do Cine Vitória envolveu diversas questões, dentre elas destaca-se a importância cultural do imóvel. Construído na década de 1940, o suntuoso cinema foi durante muito tempo um dos maiores cinemas da América Latina, marcando de forma indelével o universo cultural carioca. Os anos de ociosidade do imóvel histórico (mais de dez anos à época da ocupação) incomodavam muito diversos militantes do MNLM-RJ e parceiros envolvidos diretamente com a cultura, além de um prédio com a envergadura histórica do Cine Vitória combinar com os objetivos culturais e de geração de trabalho e renda do movimento.

Outra questão igualmente importante foi a projeção que a ocupação de um imóvel privado poderia dar às lutas urbanas no Rio de Janeiro. O MNLM-RJ acreditava que o ataque direto a propriedade privada abalaria de forma mais contundente as estruturas da sociedade capitalista e do estado burguês, podendo oferecer maior visibilidade às denúncias sobre o descumprimento do Estatuto das

Cidades, que oferecia uma série de instrumentos para que imóveis como o Cine Vitória fosse requalificado e transformado em moradia de interesse social. Ademais, uma ocupação com esse caráter poderia sinalizar de forma contundente aos demais movimentos urbanos e ao governo federal o desgaste da via institucional e denunciar que grande parte do que fora acumulado durante os primeiros anos do governo do PT não tinha sido colocado em prática.

Na madrugada do dia 1º de outubro⁴ de 2007, dois ônibus com 60 famílias partem em direção ao centro da cidade. A ocupação é rápida, questão de minutos, logo as famílias se estabeleceram e deu-se início às atividades que haviam sido planejadas no período de reuniões. Várias manifestações culturais foram organizadas com a exibição de filmes e teatro, mas não tardou e os proprietários do prédio deram início ao processo de reintegração de posse.

As perspectivas de repercussão da ocupação como previra o MNLM-RJ se confirmaram, o caso foi tratado pelo próprio Comandante Geral da Polícia Militar a época, o Coronel Ubiratan Ângelo, e pelo Governador do Estado, Sergio Cabral Filho. A resistência durou 8 dias e graças aos esforços das lideranças do MNLM-RJ, à fibra e tenacidade das famílias buscou-se o entendimento de uma solução pacífica junto com o comandante PM, à revelia da vontade do governador, fato que se comprova pelo depoimento de inúmeros militantes que presenciaram as conversas ao telefone do Coronel Ubiratan com o Governador Sergio Cabral, o qual insistia no despejo imediato das famílias.

No dia 8 de outubro dá-se início a uma longa peregrinação das famílias. Despejados do Cine Vitória, seguem imediatamente em direção à Secretaria Estadual de Habitação a fim de pressionar o estado a oferecer uma solução a curto prazo para alojamento. Sem avançar nas negociações, a coordenação decide ocupar outro imóvel vazio, na Rua Regente Feijó, para as famílias passarem a noite. Escoltados pela polícia os militantes seguem até a Praça Tiradentes próxima ao prédio de destino.

Simultaneamente, a coordenação e parceiros de diversos movimentos sociais dão andamento, junto à Secretaria de Patrimônio da União (SPU), ao processo de negociação para a compra do prédio número 20 da Alcindo

⁴ Data que é comemorada como Dia Internacional da Habitação.

Guanabara do INSS. O processo é lento e novamente as famílias são despejadas. Destaca-se mais uma vez o envolvimento direto do alto escalão do estado com a participação no processo de despejo do Governador e do Comandante Geral da PM, demonstrado como a propriedade privada e sua defesa é uma prioridade inalienável do estado burguês.

Os dias que se seguiram foram difíceis: ao mesmo tempo em que seguiam as negociações com a SPU e o INSS, era também uma necessidade de primeira ordem acomodar as famílias e seus pertences em algum lugar até o momento da próxima ocupação. Nesse momento, o MNLM-RJ contou com a solidariedade de diversas entidades; parte dos pertences ficou guardada na sede estadual do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Noites foram passadas na sede da CONLUTAS (Central Sindical e Popular) e na sub-sede do SEPERJ, até que, ao negociar com as ocupações urbanas existentes no centro da cidade, o MNLM conseguiu um alojamento mais ou menos definitivo para as famílias na Ocupação Chiquinha Gonzaga, na região da Gamboa.

Devido à instabilidade e insegurança do assentamento das famílias e utilizando-se de uma forma de pressionar os órgãos competentes do estado a agilizar o processo de compra do prédio da Alcindo Guanabara, foi deliberado pelo coletivo das famílias um prazo para a próxima ocupação: seria o final do mês de outubro, e desta vez não haveria mais negociação para a saída do prédio. Havia o consenso que desta vez iriam ocupar para ficar e todos os meios possíveis para isto seriam utilizados.

No dia 28 de outubro de 2007, como combinado, ocorreu uma nova mobilização para ocupar o então prédio de número 20 da Alcindo Guanabara. Mais uma vez a ocupação foi bem sucedida, só que dessa vez em um imóvel público federal. As negociações passaram diretamente à instância federal com a SPU e com o INSS. Todavia, a Superintendência Estadual do INSS entrara com o pedido de reintegração de posse do imóvel.

Com o iminente despejo, o MNLM-RJ decide ocupar a III Conferência Estadual das cidades realizada nos dias 19, 20 e 21 de setembro de 2007, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), denunciando a sua situação para os delegados estaduais dos demais movimentos urbanos, ONGs e

organizações sindicais. O secretário de habitação do estado presente na conferência se aproveita politicamente do ato e se aproxima do movimento e se oferece para fazer a interlocução com o INSS e estabelece contato direto com o Diretor Nacional do Departamento de Logística e Patrimônio do órgão, que logo se demonstra disposto a avançar com as negociações.

Quando o juiz responsável decreta a reintegração de posse do prédio, delibera também que é necessária infraestrutura para o despejo das famílias, caminhões para levar os pertences entre outros, o que necessitaria da liberação de recursos da gestão central do INSS, que por sua vez alegou que não teria dinheiro para tal ação, demonstrando um claro racha entre a direção nacional do órgão e a superintendência do Rio de Janeiro. Esse processo foi fundamental para que o MNLM ganhasse tempo, cerca de 2 meses, para buscar novos aliados institucionais e promover novas mobilizações de rua que pudessem acelerar o processo de compra do prédio, evitando, assim, o despejo das famílias.

Na Conferencia Nacional das Cidades realizada entre os dias 25 e 29 de novembro de 2007, a liderança nacional do MNLM articulada com diversos membros do Conselho Nacional de Reforma Urbana, entrega uma carta ao presidente da república, à época Luís Inácio Lula da Silva, relatando a situação da ocupação Manuel Congo. Como era forte a mobilização política dos movimentos sociais em torno da ocupação, o presidente se compromete pessoalmente com a resolução do problema.

As ações não pararam. No final do mesmo mês, dia 30, no lançamento do Projeto do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na comunidade do Cantagalo, mais uma vez o MNLM organiza um ato exigindo a manutenção das famílias da Manoel Congo no prédio e a imediata liberação de recursos do FNHIS para a compra do mesmo junto ao INSS. É entregue mais uma carta ao Presidente da República, indicando a liberação dos recursos do FNHIS para a compra do imóvel pelo estado via Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ).

Outra vez o MNLM-RJ ganha tempo para avançar nas negociações. O ITERJ entra com um pedido judicial para prorrogação da reintegração de posse

com vistas a um entendimento com relação à compra do prédio pelo órgão e a posterior requalificação para moradia de interesse social.

Somente 4 anos após a ocupação, o prédio de número 20 da Rua Alcindo Guanabara foi comprado pelo estado do Rio de Janeiro junto ao INSS com recursos do FNHIS, a fim de destiná-lo à habitação de interesse social. O momento foi comemorado com a ocupação da sede da Caixa Econômica Federal no Rio de Janeiro, Agente Operador da Política Habitacional e dos investimentos sociais urbanos do Governo Federal.

Todo esse processo de mobilização pela conquista do imóvel foi acompanhado da construção e organização do espaço coletivo da ocupação. Como um dos militantes do MNLM-RJ definiu, “no começo ficamos todos juntos como uma grande família”. Foram organizados mutirões e brigadas para a criação da cozinha coletiva, cuidados com a infraestrutura do prédio (luz, água, etc), zelo pela segurança com o estabelecimento de turnos na portaria do prédio, além de um grupo de mulheres para tomar conta das crianças enquanto os pais realizavam as tarefas coletivas.

Hoje, a gestão coletiva do espaço continua sendo um dos princípios fundamentais que regem a ocupação. Existem espaços de uso coletivo como a sala da Assembleia - esta realizada uma vez por mês como instância deliberativa da ocupação -, a sala do Espaço Criarte Mariana Crioula - núcleo de educação popular para as crianças e adolescentes da ocupação - a “casa de samba” - onde são realizados eventos, comemorações e no futuro receberá a cooperativa do restaurante e a casa de samba. A portaria e a limpeza ainda funcionam por meio de turnos, no qual todos os moradores maiores de 18 anos devem dedicar três horas e meia por semana à portaria ou a limpeza. Há também a comissão de obras, responsável pela manutenção do prédio e pelo planejamento/acompanhamento da obra de requalificação do mesmo.

Entretanto a gestão coletiva da ocupação não se encerra em si mesma, passa pela mediação com os princípios e estrutura organizativa do MNLM. Há uma coordenação local, eleita em assembleia, responsável pela organização e gestão das tarefas vinculadas exclusivamente aos espaços da ocupação. Também existem as coordenações municipais e estaduais do MNLM, eleitos nos Encontros

Municipais e Estaduais do movimento, que tem como principal tarefa a mobilização e articulação, negociação e deliberação de tarefas vinculadas aos princípios do movimento.

Um dos núcleos do MNLM com atuação mais presente na ocupação Manoel Congo é o coletivo de Pedagogia e Formação Política no Espaço Criarte Mariana Crioula. Como já dissemos anteriormente, a preocupação com a educação de crianças e jovens é um dos pilares da carta de princípios construída pela comunidade, restava saber como e quem seria capaz de por em prática tais princípios. Foi assim que, no segundo semestre de 2008, começou a ser organizado a implementação de um espaço de educação para as crianças, diferente da pequena creche organizada para que os pais pudessem participar das atividades coletivas. Este espaço nascia com a proposta de pensar a educação popular no contexto da cidade.

No início eram atividades preocupadas com o reforço escolar e com a convivência das crianças naquele espaço coletivo que estava sendo construído. Hoje, o Espaço Criarte Mariana Crioula já conta na sua história com a participação de diversos educadores populares comprometidos com a transformação da sociedade; há uma cartilha de princípios pedagógicos do Espaço e são realizadas atividades duas vezes na semana, conciliando o reforço escolar com atividades lúdicas que estimulem a criatividade das crianças e jovens e que possibilitem, através de múltiplas experiências que estes estabeleçam, consciência de si mesmos e de sua inserção no mundo.

Hoje, a ocupação Manoel Congo passa por um momento peculiar, a realização da obra de requalificação do imóvel e construção da cooperativa que garanta o casamento entre trabalho, moradia e autogestão na ocupação.

A preparação para a obra também foi um momento muito importante para a mobilização das famílias em torno do projeto coletivo. Tinha-se a consciência de que os recursos do PAC/FNHIS ou do Minha Casa Minha Vida – Entidades destinados à requalificação, eram muito baixos e que deveria ser construída uma proposta criativa de modo que garantissem a manutenção dos espaços coletivos e pudesse ao mesmo tempo produzir habitações próximas do que cada família havia imaginado. Foram diversas atividades e discussões até chegar ao resultado final.

Esse processo não foge à regra das disputas institucionais. A grande dificuldade é enquadrar na política habitacional as exigências feitas pelo movimento como a co-gestão da obra, a manutenção dos moradores durante a mesma, fora toda a burocracia existente tanto para elaboração da política pública quanto para sua execução nos órgãos competentes.

Outro processo central para o MNLM-RJ é a construção do projeto de autogestão que possibilite a junção da habitação com trabalho, em local infraestruturado com garantia de mobilidade auto-organizado para emancipação. Desde o processo de preparação para a ocupação que o movimento se preocupa em articular cultura, trabalho e moradia. O projeto começou a ser elaborado em 2006 pela coordenação com o estudo das expressões culturais populares, passando pela participação de todos que gostariam de trabalhar através de atividades que diagnosticassem os interesses, potencialidades e afinidades dos moradores.

Dessa forma, foram escolhidos os eixos de trabalho para fundação da cooperativa: a estética, a cultura e a culinária. O espaço escolhido para realização de grande parte das atividades é um salão no primeiro andar do prédio, que fora batizado durante uma mobilização do coletivo de mulheres, no dia 8 de maio de 2008, de Casa de Samba Mariana Crioula.

Para realização de tal projeto foi fundamental o acesso aos recursos do programa da Petrobrás de Cidadania e Desenvolvimento. A coordenação com auxílio de alguns parceiros elaborou um projeto que sistematizava as atividades e discussões já acumuladas pela coletividade a fim de concorrer ao edital que permitisse a realização do projeto dentro do Plano de Trabalho Técnico Social (PTTS) exigido pela Caixa Econômica para a requalificação do prédio, visto que os 1,5% do valor da obra previstos na legislação para operacionalização do PTTS não garantia a execução do mesmo dentro dos parâmetros discutidos pela comunidade.

O projeto permitiu o financiamento de seminários, cursos de cooperativismo e de qualificação profissional para os moradores, além de toda infraestrutura física para os empreendimentos. Entretanto, o atraso para a realização da obra de requalificação tem impactos significativos na realização do projeto de autogestão, uma vez que o mesmo fora orçado em 2010 e não há

possibilidade de correção dos valores. Sendo assim, cada dia que passa fica mais difícil por em prática o projeto imaginado e planejado pelo coletivo.

Várias limitações com relação às políticas públicas foram superadas durante o processo. A Ocupação Manuel Congo foi e é um marco nas lutas urbanas no Rio de Janeiro, seja pela sua localização no centro da cidade ao lado da Câmara dos Vereadores ou pelo seu pioneirismo na utilização do FNHIS para a compra de imóveis, na busca por financiamento para geração de renda e sustentabilidade do imóvel vinculado ao PTTS exigido pela Caixa e de ser o primeiro a realizar obras com a manutenção das famílias no imóvel. Nesse sentido, parece que a avaliação feita pela coordenação do MNLM-RJ no final da II Conferência Nacional das Cidades foi sendo paulatinamente concretizada. A mobilização popular de rua proporcionou ao MNLM-RJ galgar novas conquistas institucionais para demandas dos movimentos urbanos, o que pode ser comprovado pela Ocupação Manoel Congo.

Doravante não faltam desafios para o MNLM na construção da referida Ocupação. Os gargalos institucionais são enormes. A adequação das normativas da Caixa Econômica para liberação dos recursos para a reforma do movimento é uma tarefa hercúlea. Ao mesmo tempo, o desgaste para tencionar o Estado Burguês a fazer algo para o qual não foi criado - oferecer qualidade de vida à classe trabalhadora - esgota a atividade dos militantes, principalmente da coordenação, prejudicando as atividades de mobilização e formação.

Hoje a Manuel Congo é uma ocupação consolidada caminhando a passos firmes rumo à reforma e requalificação do imóvel para moradia de interesse social. Entretanto, a mobilização das famílias já não é mais a mesma dos primeiros momentos da ocupação; em parte devido às condições materiais de vida hoje não exigirem um grau de organização e coletivização como no início e também pela dificuldade que a coordenação MNLM-RJ tem encontrado para associar as negociações com o Estado e a mobilização e motivação das famílias com suas conquistas, colocando-as no centro do processo.

É nesse sentido que temos como objetivo nesta pesquisa analisar as práticas pedagógicas do ECMC como processo integrante da construção/produção do espaço da Ocupação Manoel Congo, bem como compreender como as práticas

sócio-espaciais constituintes da ocupação interferem na prática pedagógica do ECMC. Ademais, buscamos compreender tal prática dentro do processo mais amplo da sociedade, com seus múltiplos atores sociais e suas estratégias escalares de ação política.

Imbuídos de tais objetivos nos colocamos diversas questões que buscamos responder neste trabalho. Dentre elas destaca-se como central a seguinte: como a prática pedagógica do ECMC pode contribuir para a construção de um movimento, ao mesmo tempo, de resistência, transformação e criação de espaços de autonomia? Desta questão se desdobram outras: como o espaço (percebido, concebido e vivido) específico da Ocupação Manoel Congo influencia na prática pedagógica do ECMC?; quais são os atores envolvidos na construção e realização de tal prática pedagógica e espacial?; qual é a relação entre as escalas e as estratégias de atuação dos atores sociais envolvidos?

A fim de dar conta dos objetivos e responder aos nossos questionamentos, buscamos como metodologia de trabalho o levantamento de dados secundários referentes ao contexto urbano brasileiro, com ênfase na problemática habitacional, em especial da cidade do Rio de Janeiro. Ainda em gabinete, realizamos o levantamento bibliográfico referente às seguintes temáticas: desenvolvimento, espaço urbano, escala, ocupações urbanas, espaços de resistência, cotidiano, educação popular, hegemonia, ideologia, espaços de autonomia, entre outros.

Faremos também levantamento de documentos e relatos dos atores sociais envolvidos no processo de ocupação e apropriação/gestão do espaço, através de entrevistas abertas balizadas por questionários previamente elaborados e por um censo realizado com os moradores da ocupação.

Já no que diz respeito ao percurso do pensamento, utilizaremos o método de análise regressivo-progressivo de Henri Lefebvre, no qual o autor compreende a dupla complexidade da realidade social, horizontal e vertical (MARTINS, 2012).

Essa dupla complexidade desdobra-se em procedimentos metodológicos que identificam e recuperam temporalidades desencontradas e coexistentes. A complexidade horizontal da vida social pode e deve ser reconhecida na descrição do visível. Cabe ao pesquisador reconstituir, a partir de um olhar teoricamente informado, a diversidade das relações sociais, identificando e descrevendo o que

vê. (...) Nele, o tempo de cada relação social ainda não está identificado. (...) O segundo momento é analítico-regressivo. Por meio dele mergulhamos na complexidade vertical da vida social, a da coexistência de relações sociais que tem datas desiguais. Nele, a realidade é analisada, decomposta. É quando o pesquisador deve fazer um esforço para datá-la exatamente. Cada relação social tem sua idade e sua data, cada elemento da cultura material e espiritual também tem sua data. (...) O terceiro momento do método da dialética de Lefebvre é o histórico-genético. Nele, deve o pesquisador procurar o reencontro do presente, mas elucidado, compreendido, explicado. A volta à superfície fenomênica da realidade social elucidada o percebido pelo concebido teoricamente e define as condições e possibilidades do vivido (p. 106 e 107).

Podemos então compreender a longa descrição do processo de ocupação da Manoel Congo feita nesta introdução como parte fundamental da pesquisa, visto o método proposto por nós. Destarte, influenciados por tal recurso metodológico, dividimos a pesquisa em dois capítulos. No primeiro foi feita uma análise do processo de apropriação do espaço na Ocupação Manuel Congo, buscando compreender as múltiplas relações socioespaciais que se estabelecem neste processo, em suas múltiplas espacialidades e temporalidades, entendendo a ocupação como uma totalidade inserida numa complexidade, ou seja, uma determinada forma de organização temporal e espacial historicamente específica. Já no segundo capítulo, nos voltamos diretamente ao processo pedagógico desenvolvido no Espaço Criarte Mariana Crioula, analisando a sua influência na produção do espaço da ocupação, a partir da identificação das relações socioespaciais e a sua simultaneidade materializada no cotidiano da Manoel Congo, buscando compreender, a partir das contradições identificadas no processo de ocupação e das possibilidades delas derivadas, como a prática pedagógica do ECMC pode contribuir para a construção de um movimento, ao mesmo tempo, de resistência, transformação e criação de espaços de autonomia.

Para dar conta de tais objetivos utilizamos um conjunto de conceitos e autores chave que nos auxiliaram na discussão e análise do nosso objeto. Trabalharemos de uma forma geral com as ideias e concepções de Henri Lefebvre, principalmente no que tange a sua análise teórico-metodológica da produção social do espaço. Indo ao encontro do autor, a nossa análise das práticas pedagógicas desenvolvidas no Espaço Criarte Mariana Crioula parte da dupla determinação entre tal prática na produção do espaço da Ocupação Manoel Congo e como esta se configura enquanto condição para o desdobramento de uma iniciativa educacional transformadora, coerente com o projeto de autonomia e

emancipação humana. Ademais, entendemos que tal processo está inserido em um contexto mais amplo de produção do espaço, fundado em determinadas estruturas de poder, uma particular divisão social do trabalho, nas relações sociais de produção e do desenvolvimento das forças produtivas. Está também vinculado a representações do espaço alinhadas a ditames da classe hegemônica, às práticas de reprodução das relações sociais de produção, a fim de criar um espaço propício à produção ininterrupta, conservando as relações sociais de produção vigentes, as diversas manifestações de resistência e as possibilidades de transformação que se desdobram no cotidiano.

É nesse sentido que no primeiro capítulo, “Desenvolvimento e autonomia: o exemplo das práticas sócio-espaciais da Ocupação Manoel Congo – MNLM”, utilizamos como bases teórico-metodológicas um conjunto de autores que nos ajudaram a (re)construir o conceito de desenvolvimento partindo das práticas e experiências desenroladas pelo Movimento Nacional de Luta pela Moradia do Rio de Janeiro, em especial a Ocupação Manoel Congo, aliado ao princípio de autonomia como referencial ético e político no processo de transformação da sociedade em direção à emancipação humana.

Autores como Cornelius Castoriadis, Marcelo Lopez de Souza, Otávio Ianni, Stuart Hall e Edward Said, nos oferecem as ferramentas teórico-metodológicas para a compreensão das raízes onde está estabelecido o ideário de desenvolvimento. A tríade modernidade-capitalismo-desenvolvimento nos ajuda a compreender o quadro sócio-histórico no qual se inserem as inúmeras contradições inerentes ao real, fonte das resistências e possibilidade de transformação.

Geógrafos como David Harvey, Neil Smith, Edward Soja e Milton Santos nos chamam atenção para o fato de que tal processo totalizante (uma totalidade aberta nunca realizada, mas em constante processo de totalização) desenvolve-se de forma desigual no tempo e no espaço, fundamentos do desenvolvimento geográfico desigual e combinado, articulado em múltiplas escalas, não apenas de pertinência dos fenômenos, mas enquanto estratégias espaciais simbólicas e práticas de atores sociais concretos como nos alerta Adam Moore e Sara Gonzáles. Sendo assim, buscamos ainda no primeiro capítulo analisar a Ocupação

Manuel Congo como resultado de processos vinculados a um modelo de desenvolvimento sócio-histórico específico, a um determinado contexto de cidade e, ao mesmo tempo, como estratégia de resistência e possibilidade de criação a partir de práticas espaciais do cotidiano das famílias e militantes envolvidos na construção do referido espaço.

Autores como Carlos Vainer, Carlos Antônio Brandão e, mais uma vez, Henri Lefebvre nos ajudaram a compor essas mútuas determinações na produção do espaço urbano e a emergência de possibilidades concretas de resistência e de construção de um horizonte revolucionário.

No segundo capítulo, intitulado “Produção do Espaço e Educação Popular: a prática pedagógica do Espaço Criarte Mariana Crioula”, partimos mais uma vez do arcabouço teórico-metodológico de Henri Lefebvre do conceito de produção (geral – enquanto produtos sociais – e particular – enquanto fruto do trabalho na ação de transformação da natureza), a partir da dialética entre produto e obra na produção do espaço. Para o referido autor, se o espaço é produzido pelo poder hegemônico, não há criação, mas sim reprodução. Por outro lado, o espaço produzido por parte dos grupos hegemônicos surge não apenas como produto, mas também como obra, fruto da criatividade e das necessidades ordinárias e profundas dos “usadores”, revelando assim o embate entre as forças conservadoras e revolucionárias na sociedade.

Essa contradição radical na produção do espaço nos remete a outras contradições fundamentais para a análise do nosso objeto de estudo. A prática pedagógica desenvolvida no Espaço Criarte Mariana Crioula encontra-se imersa em tais contradições, uma vez que representa uma proposta de educação transformadora, subversiva, em inalienável interação com um modelo hegemônico de reprodução social.

Apoiados em autores como Paulo Freire e Carlos R. Brandão, buscamos neste capítulo compreender o Espaço Criarte Mariana Crioula como prática pedagógica popular que, ao mesmo tempo, lida com as necessidades do cotidiano das crianças e adolescentes da Ocupação Manuel Congo e a perspectiva de construção de uma nova sociedade que amplie as possibilidades de realização da autonomia e da emancipação humana. Nesse sentido é fundamental trabalhar com

a tríade lefebvriana de vivido-concebido-percebido, na medida em que compreendemos a educação popular como um instrumento de construção de uma percepção do espaço vivido, na qual o indivíduo saia do automatismo da concepção hegemônica e construa uma consciência que possibilite a resistência e a transformação.

Por fim, compreendemos a prática pedagógica imersa na contradição criação/reprodução das práticas sociais, sendo ao mesmo tempo agente transformador e produto da sociedade capitalista. É a partir destas contradições que pretendemos identificar as conquistas e desafios da prática pedagógica desenvolvida no ECMC enquanto movimento de construção de uma percepção do espaço que ao mesmo tempo seja capaz de transformar o cotidiano de crianças e adolescentes da Ocupação e construir as condições para a transformação radical da sociedade, superando as atuais relações propriedade/produção, abrindo caminho para a realização do projeto de autonomia e emancipação humana.

É importante esclarecer, mais uma vez, que este trabalho é um esforço de reflexão sobre a prática pedagógica militante desenvolvida no ECMC por diversos atores sociais, dentre eles o autor. Estamos de acordo com Freire (1984) quando afirma que “a melhor maneira de pensar mais ou menos certo é pensar a prática e saber que esta prática não é individual, mas que é social” (p. 92). Sendo assim, este trabalho conta com reflexões sobre práticas coletivas e individuais, por isso mesmo nos referimos a elas sempre na primeira pessoa do plural ao longo do trabalho. Este foi encarado como uma totalidade, sendo cada capítulo parte integrante e inalienável desse todo. Ademais, vários temas, conceitos e categorias são repetidos ao longo dos capítulos, adicionando-se novas informações e reflexões.